



Diálogos

ISSN 2177-2940



O ocaso do busto de Flávio Suplicy de Lacerda na Universidade Federal do Paraná (1968-2020)

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v28i2.72196>

Névio de Campos

 <https://orcid.org/0000-0003-1850-316X>

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa-PR, BR

E-mail: ndoutorado@yahoo.com.br

Eliezer Felix de Souza

 <https://orcid.org/0000-0002-7354-387X>

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Ponta Grossa-PR, BR

E-mail: eliezer.felix@hotmail.com

Regis Clemente da Costa

 <https://orcid.org/0000-0002-6914-039X>

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Laranjeiras do Sul-PR, BR

E-mail: rclementecosta@yahoo.com.br

The fall of the Flávio Suplicy de Lacerda bust at the Federal University of Paraná (1968-2020)

Abstract: This paper aims to reflect upon part of the conflicts around the Flávio Suplicy de Lacerda bust at the Federal University of Paraná occurred between 1968 and 2020. The period marks the first fall of the former rector symbol and the opening of the ‘Museu de Percurso’ (Route Museum). The narrative is organized in two parts. The first part presents some aspects of the students’ fights in the 1960s, based on press data and the minutes of the University Council. In the second part, a discussion is promoted around the legacies of the dictatorship that gained attention in the 2010s, prefigured in the second fall of the bust (2014), and in the creation and opening of the ‘Museu de Percurso’ (2017/2020).

Key words: Flávio Suplicy de Lacerda bust, Federal University of Paraná, Students’ Movement, José Rodrigues Vieira Netto bust, ‘Museu de Percurso’ (Route Museum).

La desaparición del busto de Flávio Suplicy de Lacerda en la Universidad Federal de Paraná (1968-2020)

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reconstituir parte de los conflictos en torno al busto de Flávio Suplicy de Lacerda, en la Universidad Federal de Paraná, en el contexto entre 1968 y 2020, que marca el primer derribo de este símbolo del antiguo rector y la inauguración del Museu de Percurso. La narrativa se organiza en dos partes: por un lado, se presentan algunos aspectos de las luchas estudiantiles en la década de 1960, a partir de datos de la prensa y de las actas del Consejo Universitario; por otro, se discute el legado de la dictadura en la década de 2010, prefigurado en el segundo derribo del busto (2014) y en la creación e inauguración del Museu de Percurso (2017/2020), a partir especialmente del proceso 108901/2015-65 del Consejo Universitario.

Palabras clave: Flávio Suplicy de Lacerda bust, Federal University of Paraná, Students’ Movement, José Rodrigues Vieira Netto bust, ‘Museu de Percurso’ (Route Museum).

O ocaso do busto de Flávio Suplicy de Lacerda na Universidade Federal do Paraná (1968-2020)

Resumo: Este artigo objetiva reconstituir parte dos conflitos em torno do busto de Flávio Suplicy de Lacerda na Universidade Federal do Paraná, no contexto circunscrito entre 1968 e 2020 que marca a primeira derrubada do referido símbolo do antigo reitor e a inauguração do Museu de Percurso. A narrativa se organiza em duas partes: de um lado, apresentam-se alguns aspectos das lutas

CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de; COSTA, Regis Clemente da. O ocaso do busto de Flávio Suplicy de Lacerda na Universidade Federal do Paraná (1968-2020)

estudantis nos anos 1960, apoiando-se nos dados da imprensa e nas atas do Conselho Universitário; de outro, discute-se a respeito do espólio da ditadura na década de 2010, prefigurado na segunda derrubada do busto (2014), na criação e inauguração do Museu de Percurso (2017/2020), amparando-se notadamente no processo nº 108901/2015-65 do Conselho Universitário.

Palavras-chave: Busto de Flávio Suplicy de Lacerda, Universidade Federal do Paraná, Movimento estudantil, Busto de José Rodrigues Vieira Netto, Museu de Percurso.

Recebido em: 11/06/2024

Aprovado em: 20/11/2024

O busto de Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983) é emblemático à história da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Da sua instalação ao lado do Prédio da Reitoria (1958) à inauguração do Museu de Percurso¹ (2020), ele é objeto de intensas disputas. Em 25 de maio de 2017, o Conselho Universitário da UFPR aprovou o que ficou cunhado como Museu de Percurso, cuja inauguração ocorreu em 2020. Essa proposição simboliza uma tentativa de contenção da longa discórdia em torno do busto de Flávio Suplicy de Lacerda, esculpido em bronze no ano de 1958, sendo fixado sobre um pedestal em granito e posto nos jardins do complexo da Reitoria por iniciativa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), em decorrência da inauguração do seu prédio próprio. Naquele momento, Suplicy de Lacerda estava à frente da Reitoria, já com um certo reconhecimento entre os paranaenses em razão de sua ação em defesa da federalização da UFPR (Campos, 2008; Souza, 2016). Essa personagem, oriunda da Faculdade de Engenharia, que tinha uma forte relação com o grupo católico que controlava a FFCL, foi reitor entre 1949 e 1964, saindo para assumir o Ministério da Educação no primeiro governo da ditadura do então Marechal Castello Branco, tornando-se responsável pela conhecida Lei Suplicy, Lei n. 4.464, de 9 de novembro de 1964, que proibiu as atividades políticas estudantis. Nesse cargo ficou até 1966, retornando às atividades na UFPR. Em 1967, foi eleito novamente ao cargo de Reitor, permanecendo até 1971 (Campos; Souza, 2019; Souza; Campos, 2021).

Foi nesse período que as relações entre estudantes e membros da alta administração da UFPR assumiram clima de forte tensão, notadamente porque as ações do governo federal visavam solapar as organizações estudantis, como exemplifica a própria Lei Suplicy (1964), e a administração universitária se mostrava um verdadeiro “cão de guarda” da ditadura, como evidencia

1 Museu de Percurso tem sido uma experiência bastante utilizada para dar visibilidade à memória de grupos de resistência. Trata-se de um museu ao ar livre e/ou em espaço fechado, distribuído em locais diferentes, mas de alguma forma articulados, tal qual este que é parte da discussão deste artigo. O Museu de Percurso da UFPR compreende um trajeto de aproximadamente um mil metros, distribuídos em quatro estações: 1) Prédio advogado e professor José Munhoz de Mello; 2) Busto do ex-reitor, engenheiro e professor Flávio Suplicy de Lacerda; 3) Pátio da Reitoria da UFPR junto ao edifício D. Pedro I; 4) Busto em homenagem ao professor José Rodrigues Vieira Netto. Mais informações sobre museu de percurso, ver Gabrielle Alves Reis (2021).

a gestão de José Nicolau dos Santos² (Campos; Souza, 2019).³ Na segunda metade dos anos 1960, a organização estudantil, capitaneada pela União Nacional dos Estudantes (UNE), mostrava-se com maior força política que na década anterior, situação que se percebia na sua representação junto à UFPR (Campos; Souza, 2018; Zaparte, 2011). Um dos momentos memoráveis à organização estudantil foi a derrubada do busto de Suplicy no dia 14 de maio de 1968, como expressão do que a juventude considerou um ato de bravura, assim como de confrontação ao então reitor da UFPR e à ditadura brasileira em curso. No entanto, no crepúsculo da ditadura o referido busto foi recolocado no antigo pedestal. Se antes do fim do governo da ditadura, alguns de seus simpatizantes se anteciparam para recompor a memória de um personagem fortemente associado ao poder autoritário, depois de alguns anos o busto foi alvo de simbólica ação do movimento Levante Popular, que no dia 01 de abril de 2014, novamente veio a ser derrubado em um ritual de “descomemoração” dos 50 anos do golpe de 1964.

É importante assinalar que o busto do Suplicy foi ao chão, em 2014, no contexto de discussão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei 12.528 de 2011 e sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, cuja instalação oficial ocorreu no ano seguinte.⁴ O acontecimento⁵ de 2014 precipitou um conjunto de debates no interior da UFPR, pois se buscava uma solução para aquele símbolo histórico. Em dezembro de 2015, a administração da instituição fez consulta ao Conselho Universitário na tentativa de recolocar o referido busto, cuja iniciativa gerou uma série de discussão até a aprovação da criação do Museu de Percurso, em 25 de maio de 2017. Em dezembro de 2020, foi inaugurado esse lugar de memória. No momento de pandemia, uma tentativa de pacificação da discórdia foi materializada por meio do Museu de Percurso, agora não mais restrito ao busto de Suplicy. Ao contrário, ressignificado. Em meio às memórias das lutas estudantis do Pátio da Reitoria está o busto do antigo reitor e integrante da ditadura. A três quadras dali, no imponente prédio da Santos Andrade, está o busto de José Rodrigues Vieira Netto (1912-1973), no saguão que fica em frente ao salão nobre da Faculdade de Direito. Vieira Netto foi advogado, deputado estadual, filiado e militante no Partido Comunista Brasileiro, além de professor na Faculdade de Direito da UFPR, sendo aposentado compulsoriamente logo no início da ditadura

2 Nascido em Curitiba, em 19 de janeiro de 1908 e falecido em 10 de dezembro de 1982, diplomou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Paraná. Foi professor de Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, além de catedrático de Teoria Geral do Estado na própria Faculdade de Direito. Exerceu a função de reitor entre 30 de maio de 1964 a 29 de maio de 1967.

3 Há inúmeras obras que tratam da ditadura militar, entre as quais destacamos o artigo de Carlos Fico (2004).

4 A respeito do processo de criação e dos trabalhos reservados à Comissão da Verdade há muitas publicações. Sugerimos consultar os artigos de Paulo Ribeiro da Cunha (2014) e Reginaldo Benedito Dias (2013) que apresentam uma síntese de sua instalação. Além disso, é possível acessar diversas dissertações e teses no banco de dados da Capes. Por fim, destacamos os três volumes do Relatório da Comissão da Verdade que foram publicados em dezembro de 2014.

5 Tomamos essa noção a partir da discussão de François Dosse (2013).

militar. É importante acrescentar que foi perseguido, fichado, processado e preso várias vezes⁶.

Na nota oficial da UFPR, consta que “[...] a decisão encerrou, pelo processo democrático e pelo diálogo, uma polêmica que persistia há anos e que dividiu a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Paraná” (UFPR, 22 dez. 2020, n. p.). Se de fato se encerrou, ainda não podemos afirmar, pois nas redes sociais de docentes e de movimentos sociais já se pode perceber algum sentimento de insatisfação. De toda sorte, o que interessa neste texto é reconstituir alguns aspectos das acaloradas frentes de ações dos estudantes no contexto paranaense dos anos 1960, a fim de indicar as origens dessa celeuma que tem no busto do antigo reitor o sentido simbólico de uma luta histórica que talvez seja difícil de ser encerrada. Assim, na primeira parte deste artigo, trazem-se alguns aspectos das lutas estudantis na década de 1960, apoiando-se nos dados da imprensa que estão na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR) e nas atas do Conselho Universitário da UFPR. Na segunda, produz-se alguma reflexão em relação ao espólio da ditadura militar que ganhou relevo na última metade da década de 2010, prefigurado na segunda derrubada do busto (2014), na criação e inauguração do Museu de Percurso (2017/2020), amparando-se nas notícias publicadas na imprensa, notas oficiais da UFPR e no processo nº 108901/2015-65 do Conselho Universitário.

Ações dos estudantes na capital do Paraná nos anos 1960

A mobilização estudantil no Paraná se mostrava organizada na segunda metade dos anos 1960. Mas, no final da década de 1950, já havia alguns setores que tinham alguma ligação com o Partido Comunista Brasileiro, indicando que a pauta estudantil paranaense não estava restrita apenas às questões específicas. Ao menos parte dos estudantes associava suas mobilizações a plataformas políticas mais gerais, como assinalam Névio de Campos e Eliezer Felix de Souza (2018).

A pauta geral dos paranaenses estava sintonizada aos debates da UNE, pois, de acordo com Carla Sant’Ana Brandão Costa, “apesar da constante ascensão e queda da ala progressista da UNE durante a década de 1950, finda, na segunda metade dessa década, o período direitista na UNE e ocorre a reconquista, pela ala progressista, do controle da entidade” (Costa, 2004, p. 76). No final da década de 1950, a União Paranaense dos Estudantes (UPE⁷) já sofria perseguição por ter nos seus quadros de liderança integrantes comunistas. Em 4 de julho de 1957, como comenta Andréia Zaparte, há nos relatórios da Seção de Ordem Política e Social do Estado do Paraná, referência ao

6 Mais informações sobre a trajetória dessa personagem consultar a tese de Regis Clemente da Costa (2018).

7 A União Estadual dos Estudantes do Paraná, denominada de União Paranaense dos Estudantes, foi criada em 1939. Ela foi extinta em 1969 e refundada em 1980. UPE é equivalente à União Estadual dos Estudantes que existia em outros estados brasileiros.

afastamento de Nobutero Matsuda (presidente entre 1957/1958) da União Paranaense dos Estudantes (UPE), por estar envolvido com ideias comunistas e com práticas subversivas. Nesse relatório, segundo Zaparte, a polícia sustentava: “a diretoria da U.P.E é totalmente esquerdista, com exceção do 1º Vice-Presidente e os membros da Secretaria” (Zaparte, 2011, p. 79). Esse quadro muda no ano de 1963, quando Ronaldo Antônio Botelho, estudante de Direito da Universidade Católica do Paraná, foi eleito com apoio “de parte da imprensa local e da própria cúpula administrativa da Universidade Federal do Paraná”, em disputa com o acadêmico “José Tadeu Curi Saliba, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná” (Zaparte, 2024, p. 90). Ainda, conforme Zaparte (2024, p. 91), “Botelho defendia uma política de distanciamento da UNE, acusando-a de subversiva e comunista e, com isso, procurou afastá-la dos debates em torno da Reforma Universitária”.

No plano nacional, conforme Mateus Lima, “em 1961, o grupo mais à esquerda da JUC chegou à presidência da UNE, com a vitória da Aldo Arantes” (Lima, 2017, p. 139), já atuando de modo efetivo no I Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado entre 20 e 27 de maio de 1961, na cidade de Salvador. Entre 17 e 24 de março de 1962 os estudantes realizaram o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba. A defesa da educação pública e gratuita foi a grande tônica do Seminário de Curitiba, além da demanda para ampliar a participação estudantil nos conselhos. Tão logo este Seminário foi concluído, “a UNE empenhou-se na propaganda da reforma universitária” (Lima, 2017, p. 242). Essa discussão visava forçar o poder público a regulamentar a participação de 1/3 dos estudantes nos conselhos deliberativos das instituições universitárias. De acordo com Luiz Antônio Cunha, a mobilização da UNE “[...] foi fundamental para a greve do ‘um terço’, já que a questão da representação estudantil era um dos pontos mais importantes das reivindicações da Carta do Paraná” (Cunha, 1989, p. 243). As universidades deveriam adequar os seus estatutos à nova lei até final de junho de 1962. Como forma de pressão, “em maio, o Conselho da UNE reuniu-se no Maranhão e decidiu dar o prazo até 1º de junho para que os estatutos contemplassem a participação estudantil na proporção de 1/3. Como não ocorreu, a UNE decretou greve, decisão ratificada pelas uniões estaduais” (Lima, 2017, p. 242). No Paraná, sob a coordenação da UPE, foi decretada “greve geral do movimento estudantil, reivindicando a participação nos CTAs (Conselhos Técnicos Administrativos), Congregações e Conselhos Departamentais das Universidades” (Zaparte, 2011, p. 81).

A organização estudantil passou a sofrer intenso combate no início da ditadura. Ao mesmo tempo, na avaliação de Jordana de Souza Santos (2009, p. 105), a reverberação da Lei Suplicy e da repressão como um todo fez com que o movimento estudantil intensificasse sua luta contra o Ministro da Educação e, sobretudo, “[...] em 1966, ano em que foi decretado pela UNE em 22 de

setembro o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”. A UPE, logo após o golpe de 1964, passou a apoiar o governo e a combater os chamados esquerdistas do movimento estudantil, pois, como vimos, em 1963, Ronaldo Antônio Botelho, alinhado a ideologia estudantil anticomunista, foi eleito presidente desta entidade. No dia 26 de setembro de 1965, por exemplo, Osvaldo Cesar Ceccon (vice-presidente da UPE) enviou ofício às autoridades pedindo segurança e informando a natureza do evento que seria realizado no Auditório da Biblioteca Pública do Paraná: “o Ciclo versará sobre temas anti-comunistas, subordinando-se ao Título: ‘O Imperialismo Mundial Comunista, seus recursos e suas dificuldades para conquista do Mundo’, e será prelecionado por Professores e Personalidades de São Paulo” (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT 2325.263). O grupo que estava à frente da UPE era classificado nos relatórios da DOPs de democratas ardorosos, defensores da ditadura. Na outra ponta dessa disputa estariam os esquerdistas ardorosos, classificados de subversivos e inimigos da nação.

No início de 1966, conforme Zaparte (2011, p. 96), “a UPE mantinha seus privilégios junto às autoridades políticas e continuava realizando suas atividades normalmente, pois, a forma de atuação de seus dirigentes não representava uma ameaça ao poder constituído”. Porém, ainda naquele ano, as forças da esquerda ganharam espaço na UPE, em particular com aprovação de um relatório durante o 22º Congresso, realizado em Curitiba, em que foi endereçada uma crítica a então diretoria da UPE.

As resistências saíam de alguns diretórios acadêmicos, em especial do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da UFPR. A mudança de rumo aconteceu a partir de setembro de 1967, com a vitória de Stenio Sales Jacob, estudante da Universidade Católica do Paraná, identificado como comunista. Em 1967, a UPE, sob a direção de setores da esquerda estudantil, passou a ser combatida com maior força pelo poder policial. Se antes de 1967, as mobilizações em Curitiba partiam das ações de centros e diretórios acadêmicos, depois houve uma comunhão de forças desses espaços com a maior representação estudantil do Paraná, a saber, a UPE. Esse horizonte comum tem a ver com a tomada dessa agremiação pelas lideranças ligadas à Juventude Católica Universitária e aos diversos grupos dissidentes do PCB. Assim sendo, na capital do Paraná, as lutas se intensificaram. O ano de 1968 foi de intensa mobilização. No início do ano o Diretório Central dos Estudantes (DCE) estava sob a direção de Jurandir Garçoni. A UPE estava sob a presidência de Stenio Sales Jacob, cujas lideranças sincronizaram organização de reuniões, distribuição de panfletos nas escolas, bem como de informes aos alunos sobre as medidas que seriam tomadas (Campos; Souza, 2018).

A pauta dos estudantes acentuou o combate à política educacional militar e à defesa de outro modelo de ensino superior. Ao lado dessa pauta, somavam-se as lutas contra a violência dos

militares. Essa organização já ocorria antes de 1968, mas em regra sob a organização de alguns centros acadêmicos. A partir da gestão de 1967, a UPE passou a coordenar essas manifestações de ruas. Na edição de junho de 1968, o jornal *Política Operária*, órgão do Partido Operário Comunista (POC)⁸, relata que no Paraná, entre 30, 31 de março e 1º de abril houve “[...] 3 dias de passeatas com 2 mil estudantes protestando contra o assassinato do Edson e contra a política educacional do governo” (*Política Operária*, jun. 1968, p. 6), o que reafirma a assertiva de que “o ano de 1968 se iniciou com a categoria mobilizada e disposta ao enfrentamento” (Figueiredo Filho, 2016, p. 165).

No Paraná, o problema da anuidade estava na ordem do dia das lutas estudantis. Em 31 de outubro de 1967, o Conselho Universitário da UFPR estabeleceu que a cobrança de anuidade começaria no ano seguinte, iniciando pelos novos alunos. Isso foi mais um elemento que precipitou os ânimos dos estudantes, pois em 1968, mais precisamente na segunda quinzena de abril

inicia-se a luta contra as anuidades. A reitoria da Universidade Federal do Paraná havia fundado um curso noturno na Engenharia e fixaria a taxa de NCr\$ 1.3000.00 de anuidades. Isso era o primeiro passo do reitor Suplicy para implantar o ensino pago naquele estado. Os alunos da faculdade se organizaram em grupos de trabalho (GTs) e boicotaram as inscrições para o vestibular. Enquanto isso em todas as faculdades os estudantes já se organizavam para a luta contra os NCr\$ 100000 de anuidades, fixados só para os calouros, pelo astuto Suplicy. (*Política Operária*, jun. 1968, p. 6).

A ação estudantil em combate à cobrança de anuidades teve sequência, resultando em passeata, repressão e prisão.

Primeiros dias de maio Suplicy tenta novamente realizar o vestibular na Engenharia e 200 estudantes de várias escolas respondem com uma manifestação de rua. São reprimidos pela cavalaria e um terço dos manifestantes são presos. No mesmo dia mais 200 estudantes fazem uma manifestação em frente ao quartel da Polícia, com o intuito de libertar os colegas presos. São cercados por poderosa força policial, armada de bombas de gás, de efeito moral, metralhadoras e baionetas. Uma discussão com os estudantes impediu o massacre – mas os estudantes presos são libertados na mesma noite. (*Política Operária*, jun. 1968, p. 6).

Esses acontecimentos não impediram a continuidade da luta estudantil, pois “a radicalização continuou, com a assembleia e organização de mais GTs nas faculdades, unindo o movimento dos calouros com o dos vestibulandos de engenharia” (*Política Operária*, jun. 1968, p. 6). Segundo Braga Portella, Christiane Szesz e Renato Leite (2012, p. 108), “[...] no dia 11 de maio, o Centro Politécnico foi ocupado pela polícia”, acontecendo confronto entre policiais e estudantes no domingo (dia 12). Nas assembleias de 13 de maio, com a participação de 6 mil estudantes, foi

8 Foi fundado em abril de 1968, por antigos grupos dissidentes do PCB. Consultar Figueiredo Filho (2016).

votada pela greve geral. Por outro lado, o reitor da Universidade, Flávio Suplicy afirmou que “[...] a cobrança é um preceito institucional. Impedir seu cumprimento é crime” (Portella; Szesz; Leite, 2012, p. 109). Isso foi uma espécie de combustível para continuidade da mobilização, resultando na derrota da posição da reitoria no Conselho Universitário:

Paraná, 14 de maio: 100 estudantes, organizados em 10 grupos de 10 tomam a reitoria, cortando as comunicações para garantir a ocupação pela massa – que veio posteriormente em número de 2000 estudantes, armando barricadas nas esquinas, e exigindo a queda do reitor. No dia seguinte Suplicy já recua e atende as reivindicações dos calouros. Os estudantes fazem assembleias e insistem no não pagamento de anuidade em nenhum curso. Dias depois o Conselho Universitário aprova por unanimidade, com abstenção do reitor, a suspensão imediata da cobrança de anuidades (com devolução do que já tinha sido cobrado) e a criação de recursos especiais para o funcionamento gratuito dos cursos noturno de Engenharia e Direito (pretendiam fazer o mesmo nessa faculdade). (Política Operária, jun. 1968, p. 6).

Apesar disso, na Sessão do Conselho Universitário de 20 de maio de 1968, o reitor Flávio Suplicy não arrefeceu sua cruzada contra as movimentações estudantis, classificando toda ação como distúrbio estudantil:

Desejo fazer ao Conselho relatório dos acontecimentos ultimamente verificados, para que o Conselho tenha pleno Conhecimento de tudo, e desejo relatar simplesmente fatos. Chegando aqui, de viagem ao Rio, no sábado [11 de maio], me entendi com o professor Leitner, que me participou ter pedido policiamento no centro politécnico, para impedir distúrbios, em vista de ter conhecimento de que estudantes iriam impedir os exames vestibulares para curso noturnos. Às 8 ou 7 horas, começaram os exames. Houve, então, tudo o que os senhores já sabem – luta entre estudantes e policiais [12 de maio]. Mas os exames, sob as garantias da polícia foram realizados. Infelizmente devemos lamentar uma vítima: seis soldados foram para o pronto socorro, um deles morreu quarta-feira [...]. (UFPR, Ata da Sessão de 20 de maio de 1968).

O mais emblemático da ação estudantil ocorreu no dia 14 de maio, quando o busto de Flávio Suplicy de Lacerda foi derrubado e simbolicamente cerrado o seu nariz. Tudo isso ao meio da ocupação dos prédios, inclusive o da Reitoria. Decididamente foi uma expressão simbólica do poderio dos estudantes, pois o referido busto foi arrastado pelas ruas em um manifesto de grande proporção. O então reitor avaliou que houve descaso da polícia durante o processo das manifestações: “[...] hoje a polícia está aí – não pedi, porém” (UFPR, Ata da Sessão de 20 de maio de 1968). Em seu entendimento, “[...] mesmo prevendo tal situação, tudo aconteceu, entretanto, sem interferência do reitor, mas fui responsabilizado por tudo” (UFPR, Ata da Sessão de 20 de maio de 1968). Segundo Flávio Suplicy, “[...] constatou-se também uma perfeita organização na operação da tomada do prédio da reitoria. Alguém guiou os estudantes. Houve técnica avançada, conforme

constatarem o SNI e a Polícia Federal” (UFPR, Ata da Sessão de 20 de maio de 1968).

O vice-presidente do DCE, Raul Brasil, contestou a interpretação de Suplicy de Lacerda e justificou as atitudes dos alunos: “[...] lutam por princípios e não contra alguém, e que o princípio defendido pelos estudantes é pela total gratuidade do ensino” (UFPR, Ata da Sessão de 20 de maio de 1968). O representante discente continuou: “[...] os estudantes sempre quiseram dialogar, e foi justamente por sentirem impedidos de fazê-lo, e como represálias pelas violências recebidas, é que resolveram demonstrar pela ação, em ato público, o seu ponto de vista, de repúdio a certas medidas – os cursos pagos e as anuidades” (UFPR, Ata da Sessão de 20 de maio de 1968).

A luta estudantil seguiu em frente, pois a gratuidade representava apenas uma parte de sua ação. De outro lado, as ações repressivas se mostravam cada vez mais atuantes. O jornal *Política Operária* procurava interpretar a ofensiva da UNE, quando denominou de “uma perspectiva proletária para o movimento estudantil” (*Política Operária*, jun. 1968, p. 6). Na visão de Figueiredo Filho (2016, p. 167):

As lideranças estudantis decidiram pela luta aberta, aproveitando-se do fato de estarem contando com o apoio de boa parte da sociedade e dos meios de comunicação. O mês de junho seria o da grande escalada do movimento, com greves e paralisações em diversas universidades por todo o país, culminando na passeata dos 100 mil, no Rio de Janeiro, no dia 26, com mais de seis horas de duração.

As mobilizações estudantis continuaram após Maio de 1968. Essa organização paranaense deve ser compreendida no âmbito das lutas dos estudantes em nível nacional, pois “o auge desses protestos e manifestações foi o ano de 1968 em que aconteceu a “Passeata dos Cem mil”, a “Batalha da Rua Maria Antonia” e o XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP)” (Santos, 2009, p. 101). Em contrapartida, a ação do poder policial se intensificava. No jornal *Diário do Paraná*, sob o título “Estudante que se manifestar será preso”, a edição de 03 de setembro de 1968 dimensiona a organização da polícia para combater o movimento estudantil.

Todos os setores de segurança montaram um completo esquema, visando reprimir qualquer manifestação estudantil. Não permitirão qualquer comício relâmpago, pichações – tanto em ônibus, como em paredes e muros – nem qualquer mobilização da classe e quem for flagrado como subversivo vai para a “cana e ouvir um bom sermão”. E só por enquanto os estudantes serão detidos. Mas depois as coisas vão se complicar se eles não deixarem de fazer barulho. “Não sabemos de nada, quanto aos futuros movimentos ou repressões, mas isto não pode acontecer”. Esta é a palavra de ordem das autoridades policiais e a Secretaria de Segurança Pública tem mantido consecutivas reuniões. (*Diário do Paraná*, 03 set. 1968, n. p).

Após o Congresso de Ibiúna, os estudantes paranaenses continuaram sua ofensiva. Em 07 de

novembro de 1968 foi realizada eleição para o DCE da UFPR e UPE. Para o Diretório foi eleito Vitório Sorotiuk, oriundo do Centro Acadêmico Hugo Simas, e para a UPE Berto Luiz Curvo, igualmente, oriundo do Hugo Simas. Das duas chapas que concorriam à UPE, o candidato a presidente, Berto Curvo, estava com prisão decretada. Já nas duas chapas que concorriam ao DCE da UFPR, seus candidatos a presidente estavam com prisões decretadas. A prisão dessas lideranças foi decretada no dia 21 de outubro de 1968, por meio da Auditoria de Guerra da Segunda Região Militar de São Paulo. A DOPs do Paraná recebeu, via telex, a informação do pedido de prisão preventiva dos estudantes Stenio Sales Jacob, Jurandir Rios Garçoni, Vitório Sorotiuk, Eloi Alfredo Pieta, Antonio João Manfio, Berto Luiz Curvo e Palmira Amâncio da Silva (DOPS-PR, BR PRAPPR.PB004.PT2312.260). Quarenta e cinco estudantes paranaenses foram presos no Congresso da UNE, na manhã de sábado do dia 13 de outubro de 1968. No dia 16 de outubro, quarenta e três chegaram a Curitiba, sendo todos liberados.

Mesmo com a ofensiva do poder policial, as lideranças do DCE e da UPE continuavam a organizar suas ações. A posse do presidente do DCE foi narrada em termos epopeicos, em edição de 12 de novembro de 1968, pelo jornal *O Estado do Paraná*:

O estudante Vitório Sorotiuk, eleito na última quinta-feira presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, tomou posse ontem perante as centenas de pessoas que compareceram à Reitoria para assistir à peça “O Santo Inquérito”. Sua campanha para presidência do DCE foi efetuada clandestinamente na base de comícios relâmpagos realizados sob a proteção de esquemas de segurança armados pelos próprios estudantes. Ninguém acreditava que sua posse fosse efetuada publicamente. A encenação da peça teatral foi promovida com o objetivo prévio de dar um caráter público ao ato. Às 20 h 30, quando todos aguardavam o início do espetáculo, o presidente em exercício do DCE, Raul Brasil, anunciou que iria ser realizada a solenidade. Vitório Sorotiuk, que é aluno da Faculdade de Direito da UFP, surgiu no palco e, às pressas, assinou o termo de posse. Pronunciou breve discurso, afirmando seu propósito de imprimir ao DCE linha de trabalho idêntica à que vem sendo seguida no presente. (*O Estado do Paraná*, 12 nov. 1968, n. p.).

Logo, na sequência, o reitor Flávio Suplicy pronunciou-se a respeito da eleição de Sorotiuk, em matéria publicada no jornal *O Estado do Paraná*, em 15 de novembro de 1968:

“Foi uma besteira imensa terem eleito esse rapaz”, disse o Reitor Flávio S. de Lacerda, frisando que não aceita a posse de Vitório Sorotiuk no Diretório Central dos Estudantes. O reitor acrescentou que se Vitório comparecer a reitoria, terá de chamar a polícia para não ser considerado cúmplice. “Se vier, será preso. Mas ele não vem mesmo, tenho certeza”. Mais adiante, comentou: “o movimento estudantil, como está sendo organizado, é uma traição à pátria. Os estudantes, todos eles, estão recebendo instruções de Cuba. Um sujeito que recebe instruções de um país estrangeiro para subverter a ordem em seu país é um traidor. Até hoje eles

não disseram o que querem. Recusaram a comparecer ao Grupo de Trabalho da Reforma e, veja bem, todos os estudantes foram convidados a participar, e todos se negaram”. (O Estado do Paraná, 15 nov. 1968, n. p.).

Em 12 de dezembro de 1968, Vitório Sorotiuk e mais seis estudantes paranaenses obtiveram *habeas corpus*, no Supremo Tribunal Federal. Tão logo teve sua prisão preventiva suspensa, “Vitório Sorotiuk, presidente eleito do DCE, esteve ontem mesmo com o vice-presidente, Manoel Fogaça, acertando os detalhes administrativos, no que diz respeito a confecções de relatórios, orçamentos e esquema de trabalho” (O Estado do Paraná, 15 nov. 1968, n. p.). Entretanto, um dia após a expedição do *habeas corpus*, foi baixado o Ato Institucional 5 que impedia esse tipo de concessão a crime contra segurança nacional. A DOPs Paraná recebeu despacho em caráter urgentíssimo, via telex, do Departamento de Polícia Federal de São Paulo, com data de 17 de dezembro, informando que todos aqueles que tinham sido beneficiados pelo referido *habeas corpus*, deveriam ser mantidos presos (Campos; Souza, 2018).

Naquele momento, o movimento estudantil paranaense sofreu pesada ofensiva com a entrada das tropas policiais no congresso, realizado na “Chácara do Alemão”, no Boqueirão, bairro da região sul de Curitiba. No dia 17 de dezembro, conforme o jornal *Diário do Paraná*, foram presos quarenta e dois estudantes, sendo 5 moças e 37 rapazes. Entre esse grupo estavam as principais lideranças da UPE (Berto Curvo) e do DCE (Vitório Sorotiuk). O impresso relatou que “a reunião dos estudantes foi iniciada às 9 horas da manhã para debater a aprovação da ‘carta política’ e outros temas ligados à extinta UNE, todos eles contrários à Lei de Segurança Nacional” (Diário do Paraná, 17 dez. 1968, n. p.). Porém, foram surpreendidos pelas autoridades policiais, pois “às 11h20m, a reunião clandestina estava encerrada com seus participantes presos e logo após caminhando em coluna por um, com as mãos para o alto, subiam nas viaturas que os conduziria para o Regimento de Cavalaria, no Tarumã e posteriormente à Prisão Provisória” (Diário do Paraná, 17 dez. 1968, n. p.). Desses quarenta e dois estudantes, quinze foram autuados e permaneceram presos. Os demais foram fichados e liberados. Entre os quinze, estavam Berto Curvo e Vitório Sorotiuk, conforme matéria da Gazeta do Povo de 19 de dezembro de 1968. O *Diário do Paraná*, em 19 de junho de 1969, noticiou a condenação de estudantes paranaenses, com penas de seis meses a dois anos de prisão. “Entre os condenados estão os estudantes João Antonio Manfio, José Vieira Laercio, Sebastião Carlos e Cruz, Vitório Sorotiuk (eleito presidente do DCE), [sic] Steler, Lenine Bueno Monteiro, Berto Luiz Curvo, Stenio Sales Jacob e Palmira Amâncio Silva” (Diário do Paraná, 19 jun. 1969, n. p.).

Antes disso, no início de 1969 houve golpe implacável contra os estudantes paranaenses, quando o DCE e a UPE foram extintos. Conforme notícia do jornal *O Estado do Paraná*, de 24 de

agosto de 1968, o processo referente à extinção da UPE estava na Justiça Federal. No entanto, a determinação final ocorreu no dia 23 de janeiro de 1969, conforme relato de vários jornais da capital do Paraná. *O Estado do Paraná* publicou duas matérias: uma com o título “Patrimônio da UPE agora é da Reitoria”; outra, intitulada “Juiz mandou fechar UPE”. A *Tribuna do Paraná* lançou: “Consumada ontem a extinção da UPE”.

Extinta a UPE, o combate passou a ser contra o DCE da UFPR. Na sessão do Conselho Universitário de 26 de fevereiro de 1969, Suplicy de Lacerda tratou da Portaria 5.373, de 25 de fevereiro de 1969, por meio da qual a reitoria determinava a ocupação provisória da sede do DCE pelo Departamento de Educação e Cultura da UFPR. O presidente do Conselho informou que a Portaria foi estabelecida a partir da anulação do pleito eleitoral, emitida pelo Conselho Federal de Educação (CFE). A motivação para a anulação do processo eleitoral pautava-se no Decreto n. 228/67.⁹ Na oportunidade, o Conselho Universitário acompanhou a posição do CFE e anulou a eleição de 1968 e autorizou a reitoria a publicar convocação de novas eleições. Ao cotejar as atas do Conselho Universitário, não observamos que a reitoria tenha realizada essa convocação. No entanto, estava em curso a reorganização do estatuto da UFPR em consonância com a Lei 5540/68. Em discussão na reunião de 02 de novembro de 1969, o representante discente propôs que se incluísse no estatuto a permissão de organização de diretórios acadêmicos. O conselheiro professor Alceu Ribeiro de Macedo registrou que não haveria necessidade de constar no estatuto, pois a lei 5.540, no capítulo III, já normatizava a organização estudantil.¹⁰ A ação da reitoria foi de ofensiva contra o DCE. Em matéria publicada, no dia 01 de março de 1969, no jornal *Diário do Paraná*, consta a posição da reitoria da UFPR que resultou na transformação da sede do DCE em outro espaço para fins administrativos da reitoria. Além disso, noticiou que esse órgão estudantil poderia ser extinto face à nova legislação. Essa medida consta registrada na ata da Sessão do Conselho de 18 de março de 1969, em particular na Resolução 1/69 do Conselho Universitário:

- 1) As dependências do Centro Social da Universidade, que estavam servindo de sede para o DCE, passarão a ser ocupadas pelo Centro de Bibliografia e Documentação do Departamento de Educação e Cultura da Reitoria, atualmente no Centro Politécnico; 2) autorizar a Reitoria a arrendar o Restaurante, que estava sob a administração do DCE, a um dos Diretórios Acadêmicos que atualmente exploram restaurantes estudantis; 3) Quanto ao DCE, se continuar a existir, deverá se instalar em outro local, a ser escolhido e pago pelo próprio DCE. (UFPR, Ata da Sessão de 18 de março de 1969).

9 Este Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967 normatizou a organização estudantil, estabelecendo o Diretório Central dos Estudantes e os Diretórios Acadêmicos. Na norma proíbe-se qualquer atividade de caráter político e prescreve-se que as entidades devem ter caráter cultural e assistencial. Além disso, prevê a suspensão e supressão dessas entidades, em caso de descumprimento das determinações.

10 O Estatuto da UFPR foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, na sessão de 12 de março de 1970.

No interior da UFPR, com as lutas de abril e maio de 1968 houve a garantia de não cobrança de anuidades. Essa pauta e tantas outras demarcaram os posicionamentos e as ações do Diretório Central dos Estudantes da UFPR, dos diretórios ou centros acadêmicos dos diversos cursos, da UPE e de outros diretórios e centros de demais instituições universitárias da capital e do interior do Paraná. Entretanto, a batalha que resultou no cancelamento da cobrança da anuidade na UFPR não implicou o arrefecimento do combate aos estudantes. Duas frentes implacáveis das autoridades garantiram a desmobilização da ação dos estudantes. A UPE foi extinta em janeiro de 1969, sendo reorganizada em 1980. O DCE foi fechado no início de 1969, sendo reaberto apenas no dia 01 de maio de 1976. Apesar disso, o Maio de 1968 no Paraná parece marcar a geração dos estudantes que lutavam por mudanças concretas, como a garantia da gratuidade, a denúncia das arbitrariedades da ditadura militar e a utopia por uma nova organização societária. Sem a UPE e sem o DCE, a organização estudantil da UFPR estava nos diretórios ou centros acadêmicos dos cursos, mas sob controle e vigilância das forças militares e dos agentes da própria UFPR. Essa ação que resultou nas medidas contra o DCE estava em consonância com o que disse o Reitor Suplicy de Lacerda ao *Diário do Paraná*, em 21 de fevereiro de 1969: “a resolução tomada pelo Conselho [Federal de Educação – anulação da eleição do DCE] torna dispensável a existência de Diretórios Acadêmicos e onde houver, deverão ter como finalidade a cooperação entre administradores, professores e alunos no trabalho universitário” (*Diário do Paraná*, 21 fev. 1969, n. p.). Portanto, a ofensiva contra os estudantes foi implacável, pois as principais lideranças paranaenses foram presas, as mobilizações foram reprimidas e a organização estudantil se convertia em instância dirigida pela administração universitária, atendendo ao dispositivo do Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, que reformulou a organização da representação estudantil e revogou a Lei Suplicy, porém, manteve a proibição de manifestação de caráter político, além de definir eleição indireta do Diretório Central dos Estudantes de cada universidade, via voto de delegados dos centros acadêmicos.

Espólio da ditadura militar na UFPR

A repressão e supressão dos tradicionais espaços políticos dos estudantes representou a intenção de transformação dos centros acadêmicos em órgãos culturais e alinhados ao poder da gestão universitária, como sublinhou Suplicy de Lacerda em 1969. Somente no período final da década seguinte voltaram as atividades da UPE e do DCE. Como dissemos na introdução deste texto, antes do final da ditadura o busto de Suplicy de Lacerda foi recolocado no pedestal original, expressando de modo silencioso a política geral de anistia aos crimes políticos estabelecida pela Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Isto é, a recolocação do busto e o seu silenciamento mostram uma transição aparentemente pacífica de uma experiência traumática e trágica. Se a ditadura inexistia no

plano formal, o símbolo do principal representante das forças repressoras se mantinha entre os jardins do prédio da reitoria e do prédio dos cursos de ciências humanas. Sem dúvida, os traumas continuavam latentes. O recalco emergiu após 29 anos do fim da ditadura militar, pois no momento de 50 anos do golpe, numa ação simbólica de sua “descomemoração”, o busto foi novamente posto ao chão pelos estudantes, no dia 01 de abril de 2014.

A fissura estava reaberta. O efeito desse ato gerou divergências entre os grupos ligados à UFPR. Em matéria na *Gazeta do Povo*, no dia 01 de abril de 2014, foi noticiado esse acontecimento. Em texto intitulado “Estudantes repetem 68 e arrastam busto de ex-reitor pelas ruas de Curitiba”, escrito por Euclides Lucas Garcia e Brunno Brugnolo, apresenta-se um relato do ocorrido:

Num ato de “descomemoração” do golpe militar de 1964, um grupo de militantes, formado principalmente por estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), derrubou no início da tarde da terça-feira (1º) o busto do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda, repetindo o que havia sido feito em maio de 1968. (Garcia; Brugnolo, 2014, n. p.).

Na referida matéria há referência à derrota de Suplicy no processo de cobrança de anuidade, aspecto aludido no primeiro item deste artigo. Além disso, o texto menciona que “a ação foi comandada pelo Levante Popular da Juventude e outros grupos estudantis, que jogaram tinta vermelha, colaram faixas e, por fim, derrubaram o busto. Depois, no fim da tarde, arrastaram a imagem da reitoria até a Rua XV de Novembro, da mesma forma que ocorreu em 1968” (Garcia; Brugnolo, 2014, n. p.). Os responsáveis pela matéria publicaram uma fala de um estudante do curso de história em que sintetiza o horizonte de expectativa¹¹ dos envolvidos na derrubada do busto:

Segundo Alexandre Boing, estudante de História da UFPR e um dos participantes do movimento, o objetivo do ato é deixar uma marca no presente e, assim, fazer com que a sociedade brasileira lide de outra maneira com o passado. “Um agente da ditadura, que agia por dentro da reitoria da UFPR e do MEC, não merece uma homenagem, mas deve estar num museu com o devido esclarecimento de que foi a pessoa que acreditava na necessidade de privatização do ensino”, afirma o jovem. (Garcia; Brugnolo, 2014, n. p.).

Essa matéria foi republicada no site do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, no dia 02 de abril de 2014. A controvérsia ganhava visibilidade. Na publicação da *Gazeta do Povo*, até a consulta que realizamos em 04 de maio de 2021, havia trinta comentários de assinantes com datas posteriores a abril de 2019, sendo que a grande maioria se diz contrária ao ato dos estudantes. Um dos comentários se refere ao compartilhamento do endereço da *internet* que

¹¹ Essa categoria assume o sentido empregado por Reinhart Koselleck (2006).

remete à Nota Oficial da UFPR emitida no dia 02 de abril de 2014, que consistiu em forte crítica à ação estudantil e foi assinada pelo Reitor Zaki Akel Sobrinho.¹² Antes de tudo, a nota afirma que “a Reitoria da UFPR lamenta o episódio da retirada do busto em bronze do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda de seu pedestal nos jardins do complexo da reitoria e as subseqüentes agressões e pichações realizadas por um grupo de manifestantes” (UFPR, 02 abr. 2014, n. p.). Em seguida, sustenta ser fora de propósito o ocorrido em um ambiente de democracia:

Seria possível compreender tal ato no contexto do aniversário de 50 anos do Golpe de 1964, ocorrido neste dia 1º de Abril. Procuraram repetir assim o mesmo gesto das manifestações de protesto ocorridas em 1968 neste mesmo local. Porém vivemos um contexto completamente diferente, com o pleno funcionamento de todas as nossas instituições, tendo cada cidadão exercício completo de suas liberdades democráticas. (UFPR, 02 abr. 2014, n. p.).

Na sequência a administração da UFPR classifica o ato dos estudantes de atentado ao patrimônio público e histórico: “queremos manifestar nossa posição contrária a qualquer ato que traga danos ao patrimônio público, principalmente a um conjunto arquitetônico tombado pelo patrimônio histórico, do qual somos fiéis depositários como dirigentes da UFPR” (UFPR, 02 abr. 2014, n. p.). A reitoria alude argumentos para condenar a derrubada do busto, notadamente ao destacar o papel de Suplicy no processo de federalização da Universidade e de sua expansão. Com base nos grandes feitos do Reitor Suplicy de Lacerda, a nota afirma que “foi exatamente para expressar a gratidão por este trabalho que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras mandou confeccionar este busto em bronze, instalando-o nos jardins logo abaixo de seu novo prédio, em 1958” (UFPR, 02 abr. 2014, n. p.). A defesa é reiterada em nome dos 19 anos de reitoria de Suplicy na UFPR, o que indica uma presença forte de sua memória nas relações institucionais.

Nos termos finais da nota, indica-se um comprometimento da reitoria com a reposição do busto: “tomaremos providências imediatas no sentido de contarmos com a atuação da Comissão da Verdade da UFPR para que recuperemos este importante artefato e possamos recolocá-lo no lugar que lhe foi destinado pela nossa comunidade há mais de 56 anos” (UFPR, 02 abr. 2014, n. p.). Sem dúvida, a nota toma um posicionamento pela ordem institucional, embora sem negar o golpe de 1964 e o apoio de Suplicy. No entanto, claramente há uma separação entre memória da personagem representada no busto (símbolo de sua liderança política na UFPR) e seus posicionamentos políticos profundamente alinhados ao autoritarismo, isto é, no tom da nota afirma-se a separação entre obras e vida de uma personagem, muito embora se reivindique os feitos positivos para justificar a permanência do busto. O debate acerca da possibilidade de dissociação entre a obra e a vida de uma

12 Professor do Departamento de Administração da UFPR. Foi Reitor em dois mandatos (2008-2016).

personalidade pública é objeto de intensa manifestação, cuja reverberação ganhou força mundial pela expressão *cancel culture* (Sapiro, 2022). O posicionamento da nota da reitoria desloca a responsabilidade ao consumidor, isto é, caberia a cada indivíduo a tarefa de discernimento a respeito dos significados dos bens culturais em geral, notadamente do próprio busto de Suplicy de Lacerda. Seguindo esse posicionamento, a nota conclui:

Que as futuras gerações possam visitar cada um de nossos *campi* livremente, conhecer nossa trajetória histórica com todas as lutas e contradições, avaliando a biografia de todos os homens e mulheres que ajudaram a escrever esta saga maravilhosa, dentro do seu contexto temporal, julgando com seu próprio pensamento a contribuição de cada um, colocando no devido lugar a todos nós. E preservando nossa memória, verdade e justiça! (UFPR, 02 abril 2014, n. p.).

Essa nota da UFPR pode ser contrastada com o posicionamento do Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça, que diz no seu início:

A derrubada do busto do ex-reitor da UFPR e ex-ministro da Educação do regime militar Flávio Suplicy de Lacerda, no dia 1 de abril, quando se completaram 50 anos do golpe civil-militar que instaurou uma ditadura sanguinária no Brasil, insere-se no contexto do movimento de revisão da história oficial, de recuperação da verdade e da memória e de estabelecimento da justiça. Data marcada por extensas manifestações país afora, organizadas pelos movimentos sociais e organizações políticas. (Fórum..., 07 abr. 2014, n. p.).

A posição do referido Fórum é uma clara resposta à nota da UFPR, como podemos observar no fragmento abaixo:

O Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça manifesta sua irrestrita solidariedade aos jovens que promoveram a segunda derrubada do odiado busto, iniciativa organizada pelos jovens mobilizados pelo Levante Popular da Juventude. Entendemos que os símbolos da ditadura devem ser, para sempre, banidos e exilados para museus e memoriais, para que nunca se esqueça a tragédia que acarretaram para o Brasil e para os brasileiros. (Fórum..., 07 abr. 2014, n. p.).

Amplia seu horizonte ao sustentar que “o episódio da derrubada do busto provocou uma reação equivocada da Reitoria da UFPR, que divulgou uma nota oficial condenando o ato” (Fórum..., 07 abr. 2014, n. p.). Mas não deixa de reiterar “a importância do apoio e participação da UFPR às iniciativas e ao trabalho desenvolvidos pelo Fórum Paranaense de Resgate da Verdade, Memória e Justiça”, assim como defender “o prosseguimento do diálogo como via para a solução do impasse criado em torno da destinação do busto de Flávio Suplicy de Lacerda” (Fórum..., 07 abr. 2014, n. p.). Um possível caminho se abria, pois informava-se a existência de uma tentativa de

restituir a verdade, memória e justiça, por meio de “[...] reunião ocorrida na data de hoje entre a Comissão da Verdade da UFPR, designada pelo reitor como interlocutores, com o Fórum Paranaense e os estudantes” (Fórum..., 07 abr. 2014, n. p.).

Esse embate ocupou e se prolongou nas sessões do Conselho Universitário. Iniciou de modo formal pelo processo nº 108901/2015-65¹³, encaminhado pela administração central no dia 03 de dezembro de 2015, no qual se informava que o busto havia sido restaurado e estava em condição de ser recolocado, após a devida autorização desse órgão da instituição. No referido processo, conforme informa a conselheira Vera Karam de Chueiri, a proposição inicial dizia que a colocação do busto se justificava em razão de se tratar “de monumento histórico que retrata um importante período desta centenária universidade” (UFPR, 2017, p. 32). Na sequência do parecer, elaborado por Karam de Chueiri, faz-se uma síntese dos embates no referido Conselho Universitário. Ainda no mês de dezembro de 2015, o processo foi distribuído ao Conselheiro Amadeu Bona Filho, professor nos cursos de veterinária e agronomia. Naquele momento, integrava o Conselho Universitário em razão de ocupar a função de Direção do Setor de Ciências Agrárias. No parecer de Bona Filho, conforme alusão do relatório, consta a “opinião que o mesmo fosse instalado em local seguro, protegido e apto a permitir a sua visualização pelo público, viabilizando a difusão da memória histórica da UFPR” (UFPR, 2017, p. 33).

No ano seguinte, essa pauta ganhou novos capítulos, pois no dia 24 de março de 2016, por solicitação do professor e conselheiro Eduardo Salles de Oliveira Barra, “foi encaminhado ao departamento de História o pedido de um parecer acerca do referido busto/monumento/patrimônio histórico e de todas as questões pertinentes à sua memória, seu lugar e a forma de lidar com isso” (UFPR, 2017, p. 33). Observa-se que, embora a pretensão da reitoria fosse a reinstalação do busto, seguido do apoio do conselheiro oriundo das Ciências Agrárias, o posicionamento de Eduardo Barra, professor do departamento de Filosofia e diretor do Setor de Ciências Humanas, indica que a pauta era muito sensível à comunidade acadêmica. O departamento de História, em razão dessa motivação, instalou uma comissão constituída por três docentes a fim de sistematizar uma proposição que fora aprovada pela maioria departamental. Percebe-se que no departamento de origem já houve divergência em torno da proposta que sugeria a “reposição do busto em seu pedestal original e que neste fossem afixadas quatro diferentes placas: a original do monumento; a de que Suplicy fora autor da lei que criminalizou o movimento estudantil; a da derrubada do busto em 1968 e a da listagem dos seus feitos à frente da Reitoria da UFPR” (UFPR, 2017, p. 33). No

13 Para retratar o debate do Conselho Universitário utilizamos o Processo nº 108901/2015-65, em particular o relatório final elaborado pela Diretora do Setor de Ciências Jurídicas, professora Vera Karam de Chueiri, cujo resultado foi a criação do Museu de Percurso, em 25 de maio de 2017, objetivada por meio da Resolução nº 06/17.

entanto, a proposição do departamento de História foi rejeitada pelos membros do Conselho do Setor de Ciências Humanas, em reunião ocorrida em 22 de junho de 2016, quando foi estabelecida uma comissão setorial que deliberou pela não recolocação do busto no pedestal de origem. Antes disso, em 09 de maio, os estudantes do curso de História já tinham se manifestado contrários à proposta aprovada pelo grupo do Departamento de História da UFPR. Nesse intervalo, no dia 23 de maio de 2016, a conselheira Maria Victória Ribeiro Ruy, estudante de História, pediu vistas do processo, emitindo parecer (de vistas) em 09 de agosto, “sugerindo que o busto não fosse colocado no seu lugar de origem, mas doado ao Museu Paranaense, na medida em que este se dedica a preservação da história do nosso estado” (UFPR, 2017, p. 33). Antes, em 11 de maio, o conselheiro Tibiriça Kruger Moreira, professor do departamento de Engenharia Elétrica, pediu vistas do processo. Além disso, conforme síntese de Vera Karam de Chueiri, várias entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), manifestaram-se em defesa de Suplicy e pela manutenção do busto no mesmo local de origem. É interessante observar, embora os papéis sociais se alterem historicamente, a relação profunda de Suplicy de Lacerda com a história dos órgãos de classe da Engenharia no Paraná (Souza, 2016) parece ser reatualizada nos posicionamentos de Kruger Moreira e da entidade de classe (CREA).

Como podemos notar pela sintética crônica que expusemos, o busto gerou muitas divergências no interior do Conselho Universitário. Já indicamos que usamos o relatório final sistematizado pela professora Vera Karam de Chueiri, que redundou na proposição e aprovação do Museu de Percurso. As primeiras ações para a recolocação do busto no seu devido lugar se deram na gestão do Reitor Zaki Akel Sobrinho. No entanto, no dia 19 de dezembro de 2016, o professor Ricardo Marcelo Fonseca¹⁴ assumiu a reitoria, herdando, portanto, a aludida celeuma. Diante disso, houve uma movimentação que visava solucionar o problema do busto de Suplicy, em particular porque se constituiu uma forte articulação entre história e direito devido à própria origem institucional do novo reitor, assim como pela sua formação nas duas áreas. Assim sendo, o parecer de Karam Chueiri apresentou, em sua parte final, a fundamentação da criação do Museu de Percurso, aspecto que mencionamos nas linhas seguintes.

Ao iniciar a fundamentação deste parecer, Vera Karam Chueiri faz uma rápida menção à questão da memória, enfatizando o aspecto seletivo, portanto, conflitivo. Esse preâmbulo indica o reconhecimento das disputas em torno da memória, assim como a necessidade de continuamente reavaliar o passado a partir de horizontes de expectativas, reportando-se a dois autores (Marcio Seligmann-Silva e Walter Benjamin), embora sem citar obras deles. Ainda, no início, a relatora

14 Professor de História do Direito na Faculdade de Direito da UFPR. Exerceu a reitoria por dois mandatos (2016-2024).

inscreveu sua proposição no contexto da Lei e do movimento da Comissão da Verdade. Ao aludir todo esse processo, reitera a perspectiva ao “exercício do direito à memória e do direito à verdade, tendo como consequência o seu acesso pelas presentes e futuras gerações e o seu compromisso com a justiça” (UFPR, 2017, p. 34). Mais do que isso, reporta-se que a decisão foi tomada a partir de consulta à Comissão da Verdade do Paraná, para prescrutar a proposição assim narrada:

A UFPR em seu compromisso material e procedimental com o fortalecimento das instituições democráticas e com uma narrativa histórica que faça justiça às suas continuidades e discontinuidades (re)toma o evento busto/monumento do ex-reitor Flávio Suplicy de Lacerda em suas próprias mãos como um ato coletivo de memória e o faz com a responsabilidade da seguinte proposição: *a elaboração e construção de um museu de percurso* (UFPR, 2017, p. 35, grifo no original).

A última parte do relatório se trata do item encaminhamentos, em que se apresenta a estrutura do Museu de Percurso: o primeiro ponto seria o Edifício José Munhoz de Mello, onde funcionou uma das sedes da polícia federal no período da ditadura; o segundo ponto se refere ao busto de Suplicy de Lacerda, com placas explicativas a respeito da sua colocação em 1958 e as duas derrubadas; a estação três se reporta ao pátio da Reitoria, acompanhada de um conjunto de informações referentes às lutas estudantis de 1968; a última consiste na colocação do busto de José Rodrigues Vieira Netto, no Prédio da Praça Santos Andrade, onde funciona a Faculdade de Direito. Depois de aprovada no Conselho Universitário, a medida foi formalizada na Resolução Nº 07/17, assinada pelo Presidente (Reitor). A inauguração ocorreu em dezembro de 2020, cuja ideia-síntese dos protagonistas pode ser identificada logo no início de mais uma nota oficial da UFPR:

O Conselho Universitário (COUN) da UFPR, em 25 de maio de 2017, com a presença do convidado especial para esta sessão, membro da Comissão Estadual da Verdade, o advogado Daniel Godoy, aprovou após amplo e democrático debate, por unanimidade de votos, o parecer elaborado pela professora-doutora da UFPR, Vera Karam de Chueiri (também integrante da Comissão Estadual da Verdade) que propôs a criação do Museu de Percurso e busca solucionar, por meio de consenso construído¹⁵ no COUN, o impasse sobre o busto do ex-

15 A ata da referida sessão assim registrou a decisão final referente ao processo nº 108901/2015-65, que pedia a recolocação do busto de Suplicy de Lacerda: “O relator de vista, Tibiriçá Krüger Moreira leu seu parecer. Logo após a conselheira Vera Karam Chueiri solicitou vistas ao processo. A seguir a conselheira Carolina Langnor e Souza Lisboa [estudante de Mestrado em Educação] leu o parecer da então conselheira Maria Victória Ribeiro Ruy. O relato original não foi lido, pois já tinha sido abordado em sessões anteriores. O Conselheiro Nivaldo Eduardo Rizzi, suplente de Amadeu Bona Filho, ausente por motivo de saúde, apresentou uma síntese do relato original. A seguir a presidência concedeu voz ao Senhor Daniel Godoy, membro da Comissão da Verdade do Estado do Paraná. Em seguida a Conselheira Vera Karam de Chueiri leu seu relato de vista, propondo um “museu de percurso” tendo quatro marcos: 1) marco na sede José Munhoz de Mello; 2) recolocação do busto do Professor Flavio Suplicy de Lacerda; 3) marco nas proximidades do Ed. D. Pedro II, referente à resistência estudantil em maio de 1968 e 4) colocação do busto do Professor José Rodrigues Vieira Netto. O Conselheiro Tibiriçá Krüger Moreira retira seu parecer convergindo com o parecer de Vera Karam de Chueiri. O mesmo fez o Conselheiro Nivaldo Eduardo Rizzi, após consultar o Conselheiro Amadeu Bona Filho. Em discussão, vários conselheiros elogiaram o parecer de vista da Conselheira Vera Karam Chueiri

reitor Flávio Suplicy de Lacerda. (UFPR, 22 dez. 2020, n. p.).

Essa nota foi publicada depois da inauguração do Museu de Percurso. A pretensão que orientava os idealizadores seria encontrar um ponto intermediário entre vida e obra de uma personagem. A proposta inicial do processo que se originou em março de 2015 consistia na recolocação do busto de Suplicy de Lacerda no pedestal de origem. Já a proposição da comissão formada pelos professores do departamento de História da UFPR previa a exposição de um conjunto de informações ao lado do próprio busto recolocado. Ambas foram rejeitadas por estudantes, colegiado setorial de Ciências Humanas e por parte dos integrantes do Conselho Universitário, como indicamos nas páginas anteriores. Já a ideia do Museu de Percurso ampliou a compreensão conceitual, buscando um outro espaço dos possíveis. No entanto, a unanimidade no Conselho Universitário em torno dessa proposta parece estar longe de encerrar as divergências no interior da UFPR, assim como entre os movimentos sociais, como já se pode observar nas redes sociais e nas páginas de órgãos que desejavam a não recolocação do busto de Suplicy.

É possível identificar três espaços dos possíveis nos debates a respeito dessa celeuma, cada um deles com implicações específicas. A proposição inicial, que contou com apoio de alguns conselheiros, propunha a recolocação do busto no antigo local. Nesses termos, fundamenta-se na ideia dissociativa entre as obras de Suplicy de Lacerda e sua biografia. Rigorosamente, há uma preferência pela memória dessa personagem que foi cravada em 1958 com a própria colocação do busto. De outra parte, preconiza-se um apagamento do aspecto fortemente polêmico da vida de Suplicy nos anos 1960. No campo da História há consenso que toda memória é seletiva, assim como que essa seleção é objeto permanente das novas relações sociais que demarcam os horizontes de expectativas, o que assinala que os dilemas da segunda metade dos anos 2010 não poderiam ser solucionados apenas a partir da homenagem de 1958 que fora feita a Suplicy de Lacerda. Portanto, a posição de lideranças ligadas à reitoria de Zaki Akel Sobrinho postula uma visão imutável entre presente e passado, pois considera uma memória como algo imaculado, reivindicando a plena manutenção da faceta positiva da trajetória do reitor Suplicy (Campos, 2008, 2012, 2013; Souza, 2016), e mantendo o apagamento da relação dessa personagem com a ditadura e as contínuas ações de coerção e censura aos estudantes na UFPR (Campos; Souza, 2018, 2019; Costa, 2018).

e ponderam que os conselhos devem priorizar debates como esse, de importância para a toda UFPR e para a sociedade paranaense. Em votação, o parecer de vista da Conselheira Vera Karam de Chueiri foi aprovado por unanimidade” (UFPR, Ata da Sessão de 25 de maio de 2017). Observamos que a noção de consenso construído quer dizer retirada da proposição dos conselheiros (Krüger Moreira e Bona Filho) que indicavam apenas a recolocação do busto de Suplicy de Lacerda. Não há menção ao parecer de Victória Ribeiro Ruy, estudante de História, exceto a sua leitura. Ao consultarmos os participantes da referida sessão não localizamos o nome dessa estudante, o que sugere que não mais integrava o Conselho Universitário.

Na outra ponta se encontra a proposta de não recolocação do busto, que associa de modo total as obras de Suplicy à sua história de vida (indissociabilidade entre autor e obra). Mais do que isso, a controvertida relação dessa personagem com a ditadura, que promoveu uma ação institucionalizada contra os estudantes e professores que se colocaram contrários ao autoritarismo, à censura, às perseguições, prisões, aos assassinatos e ao desaparecimento de opositores políticos, seria razão suficiente para cancelar qualquer tipo de homenagem alusiva a ele, mesmo em relação ao feito em momento histórico anterior aos anos 1960, como é o caso do referido busto. Portanto, considerando o espólio instalado no seio da UFPR caberia uma resolução bastante precisa, a saber: instalar o busto em um museu com indicação de informações que marcaram a trajetória de Suplicy de Lacerda, como sublinha o parecer (de vista) da conselheira e estudante do curso de História.

Nesse debate se instaurou a proposição de consenso construído para usar a expressão da própria resolução do Conselho Universitário da UFPR. Entre os fundamentos do parecer da relatora Vera Karam de Chueiri consta alusão ao historiador Walter Benjamin, na tentativa de estabelecer uma proposição intermediária. Diz-se que “é preciso passar a limpo a História, *escová-la a contrapelo* como dizia Walter Benjamin, para que os fatos não sejam contados ou registrados apenas pelos vencedores, mas por todos os atores sociais” (UFPR, 2017, p. 34, grifo no original). Imediatamente se associa memória à justiça e verdade, isto é, ao compromisso ético, em particular ao afirmar-se que “em todos os processos de transição ocorridos no século XX, especialmente a partir do totalitarismo, o dever da memória atrelado a uma ética da representação do passado nos torna devedores deste” (UFPR, 2017, p. 34). Assim sendo, o consenso construído não significaria nem um absoluto apagamento da relação do antigo reitor com a ditadura como desejava parcela dos integrantes da UFPR (primeira proposição), nem o esquecimento dos grandes feitos de Suplicy do período da federalização e da expansão da universidade dos anos 1950 em detrimento da sua biografia dos anos 1960 (segunda proposta), mas uma resignificação das distintas memórias dessa personagem à luz dos horizontes de expectativas que se apresentavam na segunda década do século XXI, notadamente diante da reivindicação do direito à verdade em relação ao abuso de poder de agentes do Estado (Busto de Flávio Suplicy de Lacerda) e perante o direito à memória daquelas pessoas ou de grupos que foram acusados, perseguidos, presos, torturados e mortos pelos ocupantes de funções na esfera estatal (Placa explicativa da ação do Movimento Estudantil e Busto de José Rodrigues Vieira Netto).

Considerações finais

Ao longo das páginas anteriores acessou-se uma sintética reconstituição do que denominamos ocaso do busto de Suplicy de Lacerda na UFPR. A segunda década do século XXI

testemunhou uma situação que, aos olhos de parte dos estudantes dessa instituição de ensino superior, representava uma atualização dos acontecimentos de 1968. Aos responsáveis pela Universidade estava posto um problema: o que fazer com o busto que novamente havia sido retirado de seu lugar de origem? Essa situação estava enredada num ambiente carregado por todos os traumas que ora se encontravam recalçados, ora em estado manifesto como em 14 de maio de 1968 e 01 de abril de 2014. Havia um dever legal e ético atribuído aos administradores da instituição. De um lado, o busto integrava um lugar de memória e patrimônio público. De outro, a UFPR usufruía de uma imagem bastante positiva, como atesta a escolha do Prédio da Santos Andrade como símbolo oficial da capital do Paraná.¹⁶

O busto não poderia ser compreendido apenas pelas intencionalidades de 1958. Sem dúvida que naquele momento, como indicam Campos (2008) e Souza (2016), existia uma explosiva expectativa em relação ao papel da Universidade do Paraná, notadamente em razão de sua federalização (1950) e das inúmeras ações de sua expansão, cujos resultados foram catalisados em benefício do reitor Suplicy de Lacerda. No entanto, os anos 1960 testemunharam posicionamentos profundamente traumáticos entre essa figura e os estudantes. Adicione a isso que o fim da ditadura se deu numa transição condescendente com um passado em que inúmeros atos institucionais, em particular o AI-5, materializaram a supressão de direitos fundamentais reconhecidos nos organismos internacionais.

A derrubada do busto no ano de 2014 foi promovida num ambiente de intensas discussões nacionais, notadamente em decorrência dos trabalhos da Comissão da Verdade. Foi, igualmente, nesse contexto que o Museu de Percurso foi aprovado. Se de um lado, notamos uma forte pressão para averiguar os crimes cometidos na ditadura, como se pode observar no relatório final da Comissão da Verdade que contém mais de quatro mil páginas, por outro, percebemos uma permanente luta por parte de grupos alinhados à preservação de uma memória favorável ao governo autoritário, como bem mostra o artigo de Allysson Viana Martins (2018). Para esse autor, “as batalhas de memórias são travadas em torno do golpe e da ditadura dos militares desde 1964, ainda que nos últimos anos tenham aumentado, especialmente com a Comissão Nacional da Verdade” (Martins, 2018, p. 213). Nesse movimento de luta pela memória, Martins (2018, p. 213) relembra a existência de “cinco grandes discursos conflituosos, que contêm ainda distinções internas: do

16 Os curitibanos participaram dessa enquete, cujo resultado foi oficializado por meio da Lei municipal n. 10.236/01. O participante poderia escolher entre vários ícones da cidade, como por exemplo, Ópera de Arame, Jardim Botânico. Conforme nota replicada pela UFPR (oriunda da *Gazeta do Povo*), “em 1999, um concurso promovido pelo Banco Itaú, em parceria com a prefeitura de Curitiba, elegeu o Prédio Histórico da UFPR como o símbolo da cidade, vencendo o até então favorito Jardim Botânico. A votação popular envolveu cerca de 1 milhão de curitibanos. O mesmo concurso foi promovido em outras sete capitais do país, mas em nenhuma delas uma instituição de ensino ficou em primeiro lugar” (UFPR, 20 dez. 2012, n. p.).

governo, dos militares, dos militantes e das vítimas, dos especialistas e dos meios de comunicação”. Além disso, ele arremata que “[...] normalmente, os vencidos têm sua história esquecida, enquanto os vencedores perpetuam sua perspectiva; porém, no caso brasileiro, o inverso ocorreu: os vencedores buscam esquecer e os vencidos, recordar” (Martins, 2018, p. 214).

No caso do busto de Suplicy de Lacerda há algo semelhante ao que destaca Viana Martins, pois inexistia qualquer menção, no simbólico lugar de memória, aos feitos do ex-reitor durante o governo militar. A simples recolocação representaria a manutenção da faceta do grande reitor da federalização e expansão da Universidade do Paraná, por conseguinte, o apagamento das ações do período de ministro da ditadura militar, sob comando do Marechal Castello Branco, e da última gestão de reitor na UFPR, isto é, o efeito simbólico e concreto da Lei Suplicy e as muitas ações contra estudantes paranaenses, notadamente nos anos 1968-1969. Na contracorrente do que existia, o Museu de Percurso avança, pois apresenta aos diferentes grupos sociais uma visão ampliada dos acontecimentos do período da ditadura, especialmente ao transformar as quatro estações em lugares simbólicos de outro horizonte de expectativa em relação ao que estava dado com a existência isolada do busto de Suplicy de Lacerda. Talvez seja muito difícil imaginar o fim das divergências, pois as memórias estão atreladas a visões distintas e interesses opostos. No entanto, no Museu de Percurso está contida uma visão ampliada de memória, pois se apresentam as faces da ditadura (antigo prédio da polícia federal e a faceta autoritária de Suplicy), assim como os símbolos das resistências e lutas democráticas contra a ditadura militar (Placa explicativa da ação do Movimento Estudantil e Busto de Vieira Netto).

Fontes

BRASIL. Lei Nº 4.464, de 9 de novembro de 1964 (Lei Suplicy). Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 11 de novembro de 1964.

BRASIL. Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. *Diário Oficial da União*. Brasília, 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Vol. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

Acesso em: 14/05/2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Vol. 2. Brasília: CNV, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

Acesso em: 14/05/2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Vol. 3. Brasília: CNV, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

Acesso em: 14/05/2021.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT 2325.263 (Código da pasta).

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT2312.260 (Código da pasta).

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 03/09/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT 742.84 (Código da pasta).

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 13/12/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT 742.84 (Código da pasta).

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 17/12/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT2312.260 (Código da pasta).

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 21/02/1969, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT2327.264 (Código da pasta).

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 01/03/1969, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT742.84 (Código da pasta).

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 19/06/1969, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT742.84 (Código da pasta).

FÓRUM PARANAENSE DE RESGATE DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA. *Nota oficial sobre a derrubada do busto de Suplicy de Lacerda*. 07 de abril de 2014. Disponível em:

<http://www.forumverdade.ufpr.br/blog/2014/04/08/nota-oficial-sobre-a-derrubada-do-busto-desuplicy-de-lacerda/>. Acesso em: 06/05/2021.

GARCIA, Euclides Lucas; BRUGNOLO, Brunno. Estudantes repetem 68 e arrastam busto de ex-reitor pelas ruas de Curitiba. In. *Gazeta do Povo*. 01 abr. 2014. Disponível em:

www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/estudantes-repetem-68-e-arrastam-busto-de-ex-reitor-pelas-ruas-de-curitiba-8eqeh4b5ooga5xdpmlfri787i/. Acesso em: 04/05/2021.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 19/12/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT2327.264 (Código da pasta).

O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 12/11/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT 742.84 (Código da pasta).

O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 15/11/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA

E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT 742.84 (Código da pasta).

O ESTADO DO PARANÁ, Curitiba, 24/08/1968, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT2327.264 (Código da pasta).

POLÍTICA OPERÁRIA, junho 1968. In: ARQUIVO BRASIL NUNCA MAIS. 066.988-999 (Código da pasta).

TRIBUNA DO PARANÁ, Curitiba, 24/01/1969, n. p. In: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (DOPS-PR). BR PRAPPR.PB004.PT2327.264 (Código da pasta).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 20 de maio de 1968.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 26 de fevereiro de 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 18 de março de 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 02 de novembro de 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Ata da Sessão de 25 de maio de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. Processo nº 108901/2015-65. 03 de dezembro de 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). *Nota oficial, Museu de Percurso da UFPR confronta a história sem ocultar*. Curitiba, 22 dez. 2020. Disponível em:

<https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/o-museu-do-percurso-da-ufpr-confronta-a-historia-sem-ocultar/>. Acesso em: 05/05/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). *Uma senhora centenária*. Curitiba, 20 dez. 2012. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/eventos/uma-senhora-centenaria/#:~:text=Em%201999%2C%20um%20concurso%20promovido,de%201%20milhão%20de%20>. Acesso em: 14/05/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. *Relatório* (Parecer elaborado pela conselheira Vera Karam de Chueiri - Criação do Museu de Percurso). Curitiba, 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portalfpr/wp-content/uploads/2020/12/Parecer-COUN.pdf>. Acesso em: 03/05/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Conselho Universitário. *Resolução N° 07/17-COUN*. Aprova a elaboração e construção do museu de percurso da UFPR. Curitiba, sala das sessões, 25 maio 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. *Nota Oficial sobre busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda*. 02 de abril de 2014. Disponível em: <https://www.ufpr.br/portafulpr/noticias/nota-oficial-sobre-busto-do-reitor-flavio-suplicy-de-lacerda/>. Acesso em: 04/05/2021.

Referências

- BRITO, Antônio Maria Freitas. *O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: genealogia de um integrante da elite paranaense. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, p. 113-133, 2013. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300009>.
- CAMPOS, Névio de. Flávio Suplicy de Lacerda: cruzada pela federalização e expansão da Universidade do Paraná. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). *Reflexões UFPR 100 anos (1912-2012)*. Curitiba: UFPR, 2012. p. 71-102.
- CAMPOS, Névio de. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade (1892-1950)*. Curitiba: UFPR, 2008.
- CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Flávio Suplicy de Lacerda: aliado das Forças Armadas e combatente contra comunistas e estudantes. *História. Questões e Debates*, Curitiba, v. 67, p. 159-197, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/his.v67i2.49268>.
- CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de. Maio de 1968 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 63, p. 205-239, 2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2018v63p205-239>.
- COSTA, Carla Sant'Ana Brandão. *Movimento estudantil contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- COSTA, Regis Clemente da. *José Rodrigues Vieira Netto: intelectual orgânico, professor brilhante, advogado perseguido, cidadão sem direitos (1945-1973)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2018.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica: o ensino superior na República Populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os Militares Perseguidos: desafios de um passado no tempo presente e futuro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 137-156, jan./jun. 2014.
- DIAS, Reginaldo Benedito. A comissão nacional da verdade, a disputa da memória sobre o período

da ditadura e o tempo presente. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 71-95, jan./jun. 2013.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento - um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. *Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. *Direita estudantil universitária no Rio Grande do Sul: entre a democracia e a ditadura (1961-1968)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2017.

MARTINS, Allysson Viana. Folha de S. Paulo e os 50 anos do golpe de 1964: guerras de memórias no especial multimídia. *Contracampo*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 03, p. 206-226, 2018. Doi: <https://doi.org/10.22409/contracampo.v37i3.19436>.

PORTELLA, José Roberto Braga; SZESZ, Christiane Marques; LEITE, Renato Lopes Contextos e traumas do maio de 1968 na UFPR. In: LEITE, Renato Lopes; OLIVEIRA, Ricardo Costa (org.). *Reflexões UFPR 100 anos (1912- 2012)*. Curitiba: UFPR, 2012. p. 103-115.

REIS, Gabrielle Alves Reis. Os museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental e cultural. *Revista CPC*, v. 16, n. 31, p. 69-94, 2021.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. *Aurora*, Marília, SP, ano 3, n. 5, p. 101-108, 2009. Doi: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2009.v3n1.1224>.

SAPIRO, Gisèle. *É possível dissociar a obra do autor?* Tradução de Juçara Valentino. Belo Horizonte: Moinhos, 2022.

SOUZA, Eliezer Felix de. *Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico paranaense e o processo de modernização da Universidade Federal do Paraná (1930-1971)*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2016.

SOUZA, Eliezer Felix de; CAMPOS, Névio de. A mobilização dos intelectuais paranaenses no campo do poder em torno dos processos de criação, restauração e federalização da Universidade do

CAMPOS, Névio de; SOUZA, Eliezer Felix de; COSTA, Regis Clemente da. O ocaso do busto de Flávio Suplicy de Lacerda na Universidade Federal do Paraná (1968-2020)

Paraná (1912-1971). *Diálogos*, Maringá, PR, v. 25, p. 168-190, 2021.

Doi: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i1.47350>.

ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil em Curitiba – Paraná (1964-1969)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2011.

ZAPARTE, Andréia. *Luta e resistência: memórias sobre o movimento estudantil no Paraná e o enfrentamento à ditadura civil-militar*. 2024. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2024.